



DIVERSIDADE ECONÔMICA E GEOGRAFIA NEGRA

Priscilla Vaz¹

Resumo: Este artigo resulta de etnografia participativa em espaços políticos do Movimento de Economia Solidária e entrevistas com integrantes deste movimento realizadas durante dezoito meses, entre 2015 e 2017 na cidade do Rio de Janeiro. Nesta investigação, assinalo uma contradição fundamental entre discurso e práticas no Movimento de Economia Solidária. Tal contradição refere-se à falta de atenção aos processos de racialização das hierarquias socioeconômicas e territoriais na cidade do Rio de Janeiro, e à maneira como estas hierarquias se replicam dentro do próprio movimento, apesar das menções à diversidade étnico-racial no plano do discurso. Em diálogo com autores no campo de estudos descoloniais, pós-desenvolvimento e geografias negras, este artigo levanta questões teóricas sobre raça e espaços de fazer político como eixos em torno dos quais o capitalismo racial é epistemologicamente e politicamente articulado, lançando luz sobre processos de racialização em práticas organizacionais no Movimento de Economia Solidária. Argumento que desbancar o *capitalocentrismo* e criar alternativas ao capitalismo racial implica mudarmos nossas lentes para ver, nomear e dar visibilidade não só à diversidade econômica, mas também às geografias negras. Concluo oferecendo algumas sugestões de intervenção espacial que possivelmente favoreçam a participação política mais integrada e efetiva do segmento de empreendedoras/es do Movimento de Economia Solidária, segmento este em que há maior concentração de trabalhadoras negras e moradores de favelas e periferias.

Palavras-chave: Economia solidária; Relações raciais; Geografias negras; Políticas públicas; Autonomia.

ECONOMIC DIVERSITY AND BLACK GEOGRAPHY

Abstract: This article results from eighteen months of participatory ethnography research in political spaces of the Movement of Solidarity Economy, and from interviews I conducted with participants of this movement between 2015 and 2017 in the city of Rio de Janeiro. In this work, I shed light on a fundamental contradiction between the discourse the movement puts forth and actual political and organizational practices I observed on the ground. Such contradiction refers to the lack of attention to processes of racialization embedded in

¹ É cientista social (USP) e fez mestrado e doutorado em Geografia na University of North Carolina em Chapel Hill (EUA). Atualmente está realizando o pós-doutorado nos Departamentos de Estudos Afro-americanos, Africanos e da Diáspora Africana e no Departamento de Estudos Mexicanos-Americanos e Latino na Universidade do Texas em Austin (EUA). E-mail: prila.vaz@gmail.com



socioeconomic and spatial hierarchies in the city, as well as the way that such racialized hierarchies get reproduced within the movement dynamics despite the movement's discourse around racial inclusion and racial diversity. Looking at racialization within the Movement of Solidarity Economy in Rio, and drawing on decolonial studies, post-development theories and Black geographies, this article addresses issues of race and space in political organizing as axis around which racial capitalism is epistemologically and politically articulated. I argue that in order to decenter *capitalocentrism* and to create alternatives to racial capitalism it is necessary to change lenses to see, name and make visible not only diverse economies, but also Black geographies. I conclude by offering some suggestions of spatial interventions that might facilitate more inclusive and effective political participation of the bases of the movement, the majority of which are black women residents in favelas and peripheral areas.

Keywords: Solidarity Economy; Race; Black Geographies; Public Policy; Autonomy.

DIVERSIDAD ECONÓMICA Y GEOGRAFIA NEGRA

Resumen: Este artículo resulta de una etnografía participativa en espacios políticos del Movimiento de Economía Solidaria y entrevistas con miembros de este movimiento, realizadas durante diez meses, entre 2015 y 2017 en la ciudad de Río de Janeiro. En esta investigación, señalo una contradicción fundamental entre el discurso y las prácticas en el Movimiento de Economía Solidaria. Tal contradicción se refiere a la falta de atención a los procesos de racialización de las jerarquías socioeconómicas y territoriales en la ciudad de Río de Janeiro, y a la forma en que estas jerarquías se replican dentro del movimiento mismo, a pesar de la mención de la diversidad étnico-racial en el plano del discurso. En diálogo con autores en el campo de los estudios descoloniales, el posdesarrollo y las geografías negras, este artículo plantea preguntas teóricas sobre la raza y los espacios para la formulación política como ejes en torno a los cuales el capitalismo racial se articula epistemológica y políticamente, arrojando luz sobre los procesos de racialización en prácticas organizacionales en el Movimiento de Economía Solidaria. Sostengo que derrotar al capitalocentrismo y crear alternativas al capitalismo racial implica cambiar nuestras lentes para ver, nombrar y dar visibilidad no solo a la diversidad económica, sino también a las geografías negras. Concluyo ofreciendo algunas sugerencias de intervención espacial que pueden favorecer una participación política más integrada y efectiva de los empresarios del Movimiento de Economía Solidaria, un segmento en el que hay una mayor concentración de trabajadores negros y residentes de barrios marginales y periferias.

Palavras claves: Economia Solidaria; Raca, Geografias negras; Politicas Publicas; Autonomia.

DIVERSITÉ ÉCONOMIQUE ET GÉOGRAPHIE NOIRE

Résumé: Cet article est le résultat d'une ethnographie participative dans les espaces politiques du Mouvement pour l'économie solidaire et d'entretiens avec des membres de ce mouvement menés pendant dix-huit mois, entre 2015 et 2017 en Rio de Janeiro.



Dans cette enquête, je signale une contradiction fondamentale entre discours et praxis dans le Mouvement d'économie solidaire. Cette contradiction concerne la manque d'attention aux processus de racialisation des hiérarchies socioéconomiques et territoriales dans la ville de Rio de Janeiro, et à la manière dont ces hiérarchies sont reproduites au sein du Mouvement lui-même, malgré la mention de la diversité ethno-raciale dans le plan du discours. En dialogue avec des auteurs dans le domaine des études décoloniales, du post-développement et des géographies noires, cet article pose des questions théoriques sur la race et les espaces de décision politique en tant qu'axes autour desquels le capitalisme racial est articulé épistémologiquement et politiquement, mettant en lumière les processus de racialisation dans les pratiques organisationnelles du Mouvement de l'économie solidaire. Je soutiens que vaincre le capitalocentrisme et créer des alternatives au capitalisme racial nécessite de changer nos lentilles pour voir, nommer et tourner visible non seulement à la diversité économique, mais aussi aux géographies noires. Je conclus en proposant suggestions d'intervention spatiale susceptibles de favoriser une participation politique plus intégrée et efficace des entrepreneurs du mouvement d'économie solidaire, un segment dans lequel il y a la plus grande concentration de travailleurs noirs del Mouvement d'économie solidaire et qui habite de bidonvilles et de périphéries.

Mots-clés: Économie solidaire; Relations raciales; Géographies noires; Politiques publiques; Autonomie.

INTRODUÇÃO

Teorias e práticas da Economia Solidária (Ecosol) enfatizam a pluralidade de experimentos econômicos não capitalistas formais e informais existentes no mundo e, que tendem a ser invisibilizados, e/ou não reconhecidos como atividades econômicas propriamente ditas, pois escapam aos critérios capitalistas usados para julgar o que deve ou não ser considerados como fenômenos econômicos, conforme mencionam Arruda (2009) e Singer (2002). As definições sobre o que deve ser entendido como economia solidaria, ou os critérios que são considerados para se definir empreendimentos econômicos solidários (ESS) variam significativamente, como vemos em outros autores como Gaiger (2004), Lianza e Henriques (2012) e Mance (2001), por exemplo. Divergências conceituais e políticas entre diferentes correntes impactam o que se considera economia solidária formal ou informal, orientam como conduzir mapeamentos de empreendimentos econômicos solidários, e determinam quais formas de trocas econômicas e arranjos de economias comunitárias acabam por ser reconhecidas como cooperativismo ou solidariedade e quais tipos de arranjos coletivos serão elegível para acessar benefícios de políticas publicas e quais não serão. Por



economia solidária, eu entendo a pluralidade de formas de práticas econômicas cotidianas que famílias, comunidades e coletivos, especialmente comunidades pobres, que vivem em territórios majoritariamente negros e indígenas, realizam para se organizarem economicamente através de redes de solidariedade, trabalho comunitário e, em muitos casos, propriedade coletiva dos meios de produção. Neste trabalho, no entanto, menções aos empreendimentos econômicos solidários (ESS) assumem o sentido mais restrito de arranjos coletivos, solidários e supra-familiares, tal como atualmente estabelecido para cadastrar empreendimentos no sistema de cadastro de empreendimentos econômicos solidários-CADSOL.

Teorias e práticas da Economia Solidária levantam também questões sobre os tipos de instituições políticas e articulações entre o Estado e a sociedade civil que poderiam assegurar reconhecimento, respeito e suporte à questão da diversidade econômica, tais como ajustes em marcos legais, gestões compartilhadas e democráticas de políticas públicas, reformulação de linhas de créditos que contemplem a natureza e função social própria de governança econômica não capitalista (Nagem e Silva, 2013; França Filho 2004; Alvez et al., 2016).

Nas últimas duas décadas, tem havido um número crescente de estudos de caso tanto no Norte quanto no Sul global, revelando uma práxis pedagógica experimental de autonomia, como indicam Singer (2014); Gadotti (2009); Satgar (2014) e Vaz (2012), ensaiada através de experimentos cotidianos de autonomia por trabalhadores auto-organizados, que se reúnem para manter ou retomar o controle das relações de trabalho, produção e comercialização dentro dos princípios da economia solidária: autonomia, igualdade, propriedade coletiva, cooperação, integridade ecológica e justiça social (FBSE, 2003). Tais iniciativas articulam discursos sobre transições civilizacionais que apontam para “questionamento radical de pressupostos dominantes do desenvolvimentismo e do economicismo”, conforme discute Escobar (ESCOBAR, 2015, p. 245).

Sob o amplo arcabouço do que Escobar (2015) chama de “Discursos de Transição”, encontramos várias tradições intelectuais, como as teorias sobre decrescimento econômico de que trata Latouche (2010) e Alexander (2014), pós-desenvolvimento, segundo Escobar (2012), Esteva (2013) e Ziai (2017); *buen viver*, de acordo com Gudynas e Acosta (2011), Acosta e Martínez (2009) para citar apenas alguns autores centrais de cada perspectiva.



Todas estas correntes articulam poderosas críticas ao consumismo, às desigualdades globais e à exploração do trabalho e da natureza, apontando para a necessidade de se repensar a economia e métricas econômicas, educar para outras subjetividades econômicas, e gerar espaços autônomos e estruturas para práticas econômicas não capitalistas.

Essas diferentes escolas de pensamentos vêm de diversas origens epistemológicas e derivam de distintas regiões geográficas desde o Norte global e o Sul global. Como Escobar (2015) demonstra, há tensões em debates com relação ao nível (ou falta) de radicalidade que essas variadas tradições impulsionam no que tange a crítica à Modernidade. Modernidade, neste sentido, é entendida como a formação socioespacial do projeto global de colonização e imperialismo Euro-Americano desde o século XVI, que segue sendo articulada pela matriz colonial de poder, conforme argumenta Quijano (1989). A colonialidade de poder se expressa em múltiplas formas de dominação material e subjetivas violentas que engendram e perpetuam desigualdades étnico-raciais, de gênero, classe e socioespaciais dentre outras.

No Brasil, a literatura sobre economia solidária oferece um grande número de estudos de casos descritivos, conforme revela recente pesquisa bibliográfica no campo da Economia Solidária (ALVES et al., 2016). Embora tais esforços de documentação acadêmica sejam muito importantes para ampliar a compreensão das formas concretas e realidades locais de organização de empreendimentos, e dar mais visibilidade e credibilidade à economia solidária, há, no entanto, necessidade de mais exames teóricos e proposições conceituais. Para tanto, minha intervenção levanta questões teóricas sobre raça e espaço como eixos em torno dos quais o capitalismo racial é epistemologicamente e politicamente articulado, lançando luz sobre um ponto cego, que é ausência de consideração substantiva sobre racialização como um substrato e mecanismo do capitalismo, e logo uma problemática fundamental para quem quer repensar e construir modelos econômicos não-capitalistas e solidários. Consequentemente, tal falta de compreensão e agenda frente às questões raciais levam à reprodução de desigualdades de saber-poder racializadas também dentro dos espaços organizativos do Movimento de Economia Solidária, que precisam ser reveladas e endereçadas.

Revisão bibliográfica e análises de discursos de ativistas do Movimento de Economia Solidária revelam que, se há explícita atenção às questões relativas às desigualdades de



gênero. Por outro lado, pouca atenção tem sido dada à racialização que como um eixo fundamental da acumulação do capital e da matriz colonial de poder (QUIJANO, 1989). Por racialização, refiro-me aos processos sócio-espaciais estruturais por meio dos quais valorizações e desvalorizações materiais, epistêmicas e políticas ganham realidade de maneira articulada com diferenciações que racializam pessoas e definem imaginários coletivos sobre lugares de pertencimento ou não-pertencimento, reforçando diferenciações racializadas de experiência na cidade em múltiplos aspectos, tais como mobilidade, acessibilidades à aparelhos e serviços públicos de qualidade, segurança dentre outros.

Tais diferenciações sócio-espaciais racializadas, evidentemente configuram diferentes condições, restrições e posicionalidades quanto à participação política na cidade, sobretudo no centro da cidade, resultando em diferentes modos de participação e frequente assiduidade; custos materiais e subjetivos de participação desiguais; diferentes estímulos, custos e benefícios. Estas diferenças não podem ser entendidas apenas na chave de diferenças de participação entre lideranças e bases do movimento. É preciso compreender a forma como raça e espaço configuram as condições concretas dos trabalhadores para entender como o regime econômico capitalista articula estas mesmas desigualdades e se sustenta sobre elas. Isto é condição se repensar fazeres econômicos mais justos, igualitários e solidários, assim como para evitar reproduzir estas mesmas desigualdades epistêmicas, políticas racializadas nas práticas organizativas que visem construir um modelo de sociedade não-capitalista e solidário.

A ausência de reflexão e proposição sérias sobre esta temática são teoricamente e politicamente bastante problemáticas, já que no Brasil, a acumulação primitiva do capital deu-se por usurpação violenta do trabalho africano, afro-brasileiro e indígena, além da apropriação de terras indígenas. Este processo de acumulação racialmente desigual de riquezas foi e continua sendo a base sobre a qual a expansão econômica, industrialização, urbanização do sistema de capitalismo racial se formou e se reproduz, para usar um termo emprestado de Cedric Robinson (2000). Pensar economia, portanto, exige colocar-se relações étnico-raciais e geográficas negras como eixos centrais de investigação.

Em diálogo com estudos críticos de raça preocupados com subjetividades espaciais e experiências materiais de sujeitos negros, tais como Mckittrick e Woods (2007), e com um



campo emergente de estudos em Geografias negras que reúne geógrafas como Gilmore (2004) e Pulido (2017) pra nomear apenas alguns, entendendo geografias negras de modo relacional. Em outras palavras, geografias negras compreendem dimensões simbólicas e concretas de experiências socioespaciais forjadas na relação entre sistemas de dominação baseadas na violência, espoliação, exclusões e subalternizações impostas sobre a população negra, e sistemas de “planejamento fugitivo”, “quilombismos” que orientam resistências, sociabilidades, pertencimento territorial, e a produção material da vida conforme discutem Moten and Harney (2013), Nascimento (1980), Vaz (2020).

Mckittrick e Woods (2007, p. 4), em sua importante coletânea *Black Geographies* apontam

que a discussão sobre geografias negras precisam considerar como o desconhecido (o invisibilizado) aparece na produção do espaço (...) a tensão entre o já mapeado e o “desconhecido” (grifos meus), reconfigura a noção do conhecido, pois sugere que lugares, experiências, histórias e pessoas que “ninguém conhece” existem dentro da nossa ordem geográfica atual (Tradução minha).

Mckittrick e Woods prosseguem afirmando que com isso não estão dizendo que sujeitos negros estão livres de adotarem modos dominantes de pensamento geográfico, “mas que lugares negros e os sujeitos negros que os ocupam podem também problematizar os pensamentos geográficos dominantes e nos permitir considerar modos alternativos de pensar o mundo” (2007, p. 5, tradução minha).

Faz-se, portanto, imprescindível interrogar: por que teorias e projetos da Economia Solidária não dedicam atenção central a questão racial? Como as experiências e saberes econômicos e socioespaciais de trabalhadores negros podem contribuir para um projeto de sociedade contra o capitalismo racial?

DIVERSIDADE ECONÔMICA: DESCENTRALIZANDO O RACISMO E O CAPITALOCENTRISMO

Diversidade é um conceito sobre o qual comunidades afro-brasileiras e comunidades GLBTT's vêm trabalhando, teorizando, polemizando, vivendo, ensinando. No cerne do conceito de diversidade e das lutas pela promoção de igualdade e por inclusão econômica,



social, tecnológica, política, e epistêmica, reside potente crítica à colonização de uma pluralidade de modos de ser, pensar, sentir, fazer e existir pelas lógicas e cosmovisões eurocêntricas. Este processo, que Boaventura Santos (2006) chama de 'monocultura dos saberes', tem como eixo organizador a colonização por imposição de lógica única sobre diferentes aspectos do universo social.

No campo das teorias e ativismos antirracismo, busca-se, por exemplo, contrapor-se à lógica única da supremacia branca, que opera formas subjetivas e materiais de colonialidade do ser, mobilizando subjetividades, técnicas, e instituições que estabelecem a branquitude como padrão único de beleza estética, cultura sofisticada, racionalidade superior, conforme já discutiram Nascimento (1984) e Bento (2002). Assim, os saberes, estéticas e modos de vida de povos não brancos são construídos como antítese de beleza, racionalidade, sofisticação, e são marginalizados como invisíveis ou subalternos.

Similarmente, pensadores descoloniais feministas, como Gonzales (1984), Carneiro (2003), Curiel (2013), já explicaram como a superimposição de sistemas eurocêntricos de pensamento único e organização social dos papéis de gênero e expressões de sexualidade articulou o poder do patriarcado, sobrevalorizando determinadas características, saberes e experiências humanas atribuídas ao macho e ao masculino. O sexismo coloniza o imaginário coletivo com a lógica única da supremacia masculinista, estigmatizando como frágil, instável, privado, emotivo, sensível, subalterno toda expressão humana que se diferencia do padrão de masculinidade colocada como sinônimo de razão, comando, gestão, força, controle, teoria, negócios, política. A 'monocultura' da heteronormatividade, por sua vez, busca monopolizar o imaginário coletivo com discursos que afirmam a norma única do sexo, amor, e família moralmente legítimos e legalmente reconhecidos, estigmatizando como pervertido, nojento, pecaminoso, e ilegítimo toda forma de amor, sexualidade e família que não se encaixem neste limitado padrão cristão e heteronormativo.

A partir de críticas às normatividades e em defesa das diversidades, que vieram à tona sobretudo dos estudos de gênero, sexualidade, e do feminismo, as geógrafas feministas Gibson-Graham (1996, 2006) aplicaram essas mesmas lentes de crítica à normatividades ao campo da economia. Assim, elas denominam de *capitalocentrismo* a tentativa de colonização do imaginário econômico coletivo pela monocultura da lógica capitalista. Ainda, as mesmas



pesquisadoras argumentam que a colonização do imaginário econômico por critérios capitalistas descreve como improdutivas, irracionais, atrasadas, subdesenvolvidas, ineficientes ou informais todas as demais formas de racionalidade, governança e subjetividades econômicas não-capitalistas. Deste modo, o discurso *capitalocentrista* constrói como invisíveis, não críveis, inviáveis, ou utópicas formas econômicas de organizar produções, circulação, distribuição não capitalistas, conforme também nos elucida Boaventura Santos (2006).

Geógrafas feministas Gibson-Graham (1996, 2006) argumentam que o capitalocentrismo, portanto, ao estabelecer-se como a única normatividade econômica válida e produtiva, faz com que todas as demais formas de trocas e gestão de produtos, de recursos, de tempo, expertise cotidiana das economias coletivas, comunitárias, cooperativas, autogestionárias, familiares, sem fins lucrativos dentre outras não sejam consideradas como atividades econômicas propriamente ditas, desqualificando, deste modo, seus agentes econômicos como desempregados, pobres, subdesenvolvidos, como necessidade de cursos de ‘capacitação’ econômica, na melhor das hipóteses.

Um projeto de sociedade como o que propõe o Movimento de Economia Solidária deve notar e dar particular consideração ao fato de que é justamente em territórios majoritariamente negros, como muitos assentamentos rurais, territórios tradicionais e favelas, que uma diversidade de formas econômicas não capitalistas, coletivistas, de solidariedades se desenvolvem.

Embora existam políticas públicas de Economia Solidária especificamente implementadas em territórios de favelas majoritariamente não-brancas, como foi o caso de parte significativa do Projeto Rio Ecosol, a justificativa para execução de tais programas nestes territórios se dá pelo prisma de combate à pobreza e geração de renda, e não pelo viés do reconhecer experiências econômicas racialmente específicas da maioria da população que habita nesses territórios racializados. Por racialmente específicas, obviamente não quero dizer que haja qualquer prática naturalmente diferenciada de trabalho, produção, raciocínio (econômico) negro. Refiro-me, ao contrário disto, à forma como pessoas e lugares são engendrados em processos socioeconômicos e espaciais sistêmicos de destituição, apropriação, espoliação, e descartabilidade de forma racialmente diferenciada.

Desigualdades raciais não são, portanto, derivativas do capitalismo de classe. Elas são co-constitutivas de hierarquizações de classe, de nacionalidade, de gênero.

Desigualdades raciais são o substrato, o fundamento, a engrenagem e o resultado cíclico do fazer econômico e político no capitalismo. O capitalismo é, portanto, intrinsecamente capitalismo racial, conforme nos explica Cedric Robinson em sua obra monumental, *Marxismo Negro* (2000).

Partindo de uma história econômica colonial escravocrata, que posicionou a população africana e afro-brasileira como instrumentos de produção e não como agentes econômicos, a integração da população negra na sociedade de classes foi marcada pela inserção duplamente hierarquizada e subalternizada devido aos deslocamentos impostos pela articulação de classismo e racismo, conforme explica Fernandes (1964).

O capitalismo no Brasil e no mundo é um capitalismo racial, embora ideologias universalistas sejam centradas em classe, e o mito da democracia racial Brasileira, no nosso caso, tanto da direita quanto da esquerda, pretendam justificar desigualdades raciais como meramente derivativas das hierarquias de classe. Desigualdades raciais são co-constitutivas, e não apenas derivativas das hierarquias de classes conforme já argumentou Nascimento (1980), Moura (1994), dentre outros.

Desigualdades raciais e sociais se manifestam e se reforçam em desigualdades socioespaciais, conforme argumentam geógrafos como Campos (2005), Oliveira e Cruz (2017), e Santos (2007). Em seu importante obra *Do Quilombo às Favelas*, Campos (2005) argumenta

O Quilombo existe desde quando negros importados (eram mercadorias) da África, começaram a ser utilizados nas lavouras e logo passou a representar para o Estado, e sobretudo, para os grupos dominantes uma ameaça à ordem estabelecida. Do ponto de vista dos quilombolas, significava tão somente a possibilidade de resistência ao senhorio e ao próprio Estado colonial. Tendo em vista que a abolição da escravatura encontrou ainda esses espaços habitados [...] pois o Estado não foi capaz de extingui-los ao longo do período colonial e imperial, permaneceram como tal até a cidade incorporá-los aos espaços urbanos ou agrário. Portanto, admitir que o espaço quilombola fora transmutado em espaço favelado é incluí-los no processo maior, ou seja, é admitir que as populações pobres, através de suas apropriações dos espaços periurbanos, ilegais à luz do poder público, participaram da construção do espaço urbano. A favela, como espaço transmutado, adensou-se de forma significativa à medida que a reforma do espaço urbano do Rio de Janeiro avançava no sentido de



adequá-los aos investimentos capitalistas. Se, por um lado a cidade ganhava feições de modernidade, deixando-as cada vez mais parecidas com cidade europeias, de outro lado incrementavam-se cada vez mais os núcleos de favelados com a extinção de áreas de cortiços que ainda abrigavam populações pobres, principalmente negras, egressas dos cativeiros. Além deste fato, ressalta-se que ainda coexistiam as principais dificuldades: o déficit habitacional e a relação de proximidade com os locais que ofereciam trabalhos (CAMPOS, 2005, p. 19).

Pensando em diversidade econômica, importa jogar luz às estratégias que a população negra economicamente marginalizada, e espacialmente segregada dos centros de riqueza e aparelhos públicos de qualidade, desenvolveu para sobreviver. No seu fazer, participaram como construtores da cidade, embora a estigmatização dos territórios negros os represente como espaços de informalidade, crime, pobreza, falta e dependência.

Neste sentido, considerando que a base do Movimento de Economia Solidária tem grande proporção de mulheres negras e moradoras de periferias e favelas, adverte-se a pouca atenção que a literatura sobre Economia Solidária dedica ao estudo do capitalismo racial e suas articulações de raça, classe, gênero e espaço, que organizam desigualdades socioeconômicas e espaciais por inúmeros mecanismos.

Com isso não pretendo dizer que solidarismo/coletivismo seja uma qualidade intrínseca do pensamento e experiências econômicas da população negra, pois o capitalismo também apela ao imaginário dessa população. Tampouco devemos essencializar ou homogeneizar as experiências socioeconômicas e territoriais das comunidades negras. O que quero enfatizar aqui é apenas a posição estruturalmente diferenciada da população negra, em relação à população branca no sistema capitalista racial, o que resulta em experimentações econômicas próprias de uma população que teve que lidar com a limitação imposta de acesso a recursos, oportunidades, e políticas públicas.

Teorista de Economia Solidária e o Movimento de Economia Solidária precisam entender que capitalismo é racial para poder propor não apenas alternativas econômicas viáveis, mas um outro projeto de sociedade. Se não se entende a racialização como substrato do modo capitalista de produção, não se pode enfrentar o capitalismo, nem repensar alternativas econômicas e sociais emancipatórias, sem se identificar a forma diferenciada que as populações e territórios negros estão inseridas nesse sistema, mas ainda assim criam econômicas comunitárias diversas, criativas, vigorosas, sustentáveis, conforme nos mostra

Jessica Gordon Nembhard (2014), sob o caso Afro-Norte Americano, em seu livro *Collective Courage: a history of African American cooperative economic thought and practice*.

Vivendo sob constante exposição à apropriação do trabalho e da terra, à espoliação, exclusão, e segregação, comunidades negras no campo e na cidade, sobretudo em favelas e periferias, desenvolveram métodos de gestão econômica de recursos limitados para ser eficiente em assegurar a sobrevivência de famílias, territórios e comunidades. Tais experiências históricas resultaram, e resultam, em uma diversidade rica de saberes econômicos, de imaginação e técnicas econômicas, de formas de gestão de recursos materiais e imateriais, de maneiras de organizações territoriais. Tais especificidades são ainda subestudadas na literatura sobre Economia Solidária, e subaproveitadas como aporte criativo e estratégico na práxis política do Movimento de Economia Solidária.

Portanto, argumento que há um ponto cego na teoria e prática do projeto anticapitalista a que o Movimento de Economia Solidária clama, pois negligencia abordagem da questão racial, essencial para entender e combater o capitalismo racial vigente na sociedade brasileira.

Nas próximas sessões daremos um panorama sobre elementos institucionais, políticos e organizativos da Economia Solidária no Rio de Janeiro, e seguiremos para discutir a forma como o Movimento da Economia Solidária no Rio aborda a questão racial.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO RIO DE JANEIRO: UM PANORAMA

Entre 2015 e 2017, realizei etnografia participativa em espaços políticos do Movimento de Economia Solidária na cidade do Rio de Janeiro. Participei num total de quinze plenárias dos Fóruns Municipal e Estadual de Economia Solidária, as quais acontecem mensalmente. Conduzi também observação participante, fiz entrevistas e tive conversas informais durante visitas mensais às feiras do Circuito Carioca Rio Ecosol nas seguintes localidades: Praça da Cinelândia, Praça Mauá, Metrô Santa Cruz, Largo da Carioca, Calçadão de Campo Grande, Praça Saens Pena, Largo do Machado.

Tendo como ponto de partida entrevista com uma integrante-chave do Movimento que compôs equipe de coordenação do Projeto Rio Ecosol I, apliquei a metodologia Bola de Neve (Snowball Sampling), que me conduziu a encontros e conversas informais, seguidos de



um total de cinquenta entrevistas semiestruturadas e abertas com integrantes do Movimento de Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro, a maioria dos quais da cidade do Rio, até o ponto de saturação, em que temas se repetiam.

As entrevistas incluíram integrantes dos três segmentos que compõem o Movimento de Economia Solidária, a saber: entidades de apoio e fomento à Economia Solidária (10 entrevistados), Empreendimentos Econômicos Solidários-ESS (trinta e três entrevistados) e rede de gestores de políticas públicas de Economia Solidária (sete entrevistados). Participei ainda de dois seminários locais organizados pelo Movimento, e da caravana do Rio à Feira Internacional de Economia Solidária em Santa Maria-RS em 2016. Realizei análise de discurso a partir de arquivos de acesso público produzidos por organizações do Movimento Ecosol, de transcrições de entrevistas, e de anotações de campo.

No estado do Rio de Janeiro, cerca de dois mil e oitocentos trabalhadores estão registrados como empreendedores da Economia Solidária no Sistema Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - Cadsol (2018)², e existem atualmente mil trezentos e quarenta e sete (1347) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) certificados no Estado do Rio, dos quais a grande maioria estão na indústria de artesanato, e agricultura orgânica. Institucionalmente, o Movimento institucionalizado da Economia Solidária na cidade do Rio de Janeiro está organizado da seguinte forma: um Fórum Municipal de Economia Solidária, que abriga 17 redes locais de artesãos e Empreendimentos de Apoio e Fomento da Economia Solidária, e um Fórum Estadual de Economia Solidária. Atualmente estes dois fóruns articulam ações com os governos municipal e estadual junto aos Conselhos Municipal e Estadual de Economia Solidária e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI)³.

² Os critérios para certificação pelo Cadsol (2018) incluem: meios de produção e/ou comercialização coletivos, supra-familiares, de gestão compartilhada por meio de reuniões regulares para tomada de decisões coletivas, incluindo alternâncias nas funções de liderança, e modo de produção ecologicamente sustentável, entre outras características. Um dos principais ganhos da certificação de Ecosol, no contexto do movimento de Ecosol no Rio de Janeiro, é o direito de acesso aos benefícios das políticas públicas que atendem a economia solidária, como a licença para comercializar nas feiras do Rio Ecosol, programas educacionais e, em teoria, acesso a possíveis financiamentos.

³ Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI) assumir funções administrativas da antiga Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), desde que esta foi extinta em 2016.

Entre 2009 e 2016, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), implementou duas políticas públicas principais no Rio de Janeiro: O Projeto Rio Ecosol I (2009-2012) e Rio Ecosol II (2012-2014), em colaboração com o Fórum Municipal e o Fórum Estadual de Economia Solidária.

O objetivo do Projeto Rio Ecosol I, segundo a SEDES, era fomentar e apoiar o desenvolvimento da Economia Solidária como alternativa econômica de inclusão social em quatro então designados “Territórios da Paz”⁴ pelo Programa Nacional de Segurança Pública - PRONASCI, na cidade do Rio de Janeiro, como o Complexo do Alemão, Manguinhos, Santa Marta e Cidade de Deus. No Projeto Rio Ecosol I, ações concretas envolviam programas de capacitação em Economia Solidária para oitocentos trabalhadores desses territórios, suporte para incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e monitoramento de 40 EES, compra de equipamentos para produção, e seminários. Incluiu ainda o estabelecimento de uma rede de EES e a implementação do Projeto Circuito Carioca de Feiras da Economia que são espaços para comercialização em diferentes pontos da cidade⁵. O Projeto Rio Ecosol II foi basicamente uma expansão do Rio Ecosol I para outras três favelas (Maré, Coroadó, Antares / Palmares) com objetivos semelhantes.

Apesar de esta política pública de Economia Solidária representar um avanço para o Movimento, se considerarmos que o Rio é a cidade que tem a segunda maior economia e população do país, os quase 13 milhões de reais⁶ que a SEDES recebeu da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para financiar esses dois programas sinalizam o lugar marginal que as três esferas do governo deram à política pública de Economia Solidária como modelo de alternativa de desenvolvimento.

⁴ Complexo do Alemão, Cidade de Deus, Maré e Manguinhos- territórios ocupados por Unidades da Polícia Pacificadora.

⁵ Em Junho de 2018 as feiras ativas acontecem em: Santa Cruz (Rua Felipe Cardoso), Praça Nossa Senhora da Paz (Ipanema), Manguinhos (Av. Dom Helder Câmara), Largo da Carioca (Centro), Praça Agrieco (Méier), Calçadão de Campo Grande, Praça Largo do Machado, Praça do Rodo (Pedra de Guaratiba), CASS Prefeitura (Cidade Nova), Jacarepagua (Rua Nelson Cardoso), Cinelândia (Centro), Praça Saens Pena (Tijuca), Praça Antero Quintal (Leblon).

⁶ Portal de Convênios do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SINCOV). Disponível em: <http://portal.convênios.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Do total de financiamento federal da SENAES, no valor de cerca de treze milhões de reais (R\$ 13.000.000,00), oito milhões de reais (R\$ 8.000.000,00)⁷ foi investido na RioEcosol I, e um valor de quatro milhões trezentos e quarenta e oito mil reais (R\$ 4.348.154,12) foi investido no programa Rio Ecosol II. O governo estadual não ofereceu nenhum aporte financeiro, e o governo municipal alocou recursos irrisórios no valor de quinhentos e sete mil e seiscentos reais no total dos dois projetos (507.600,00R\$)⁸. Quando consideramos o exorbitante montante de dinheiro público gasto em subsidiar investimentos de empresas privadas em infraestrutura esportiva na cidade do Rio de Janeiro durante o mesmo período em que esses dois projetos Rio Ecosol também estiveram em vigor, fica evidente que não se trata de falta de recursos para as políticas públicas da Economia Solidária, mas de o Estado priorizar um modelo neoliberal de desenvolvimento.

Cabe ressaltar, no entanto, que apesar da falta de apoio significativo e consistente dos governos estadual e municipal à políticas públicas de Economia Solidária, segundo Ana Asti, então coordenadora de programas do Rio Ecosol I e do Rio Ecosol II, a principal atividade comercial do Movimento de Economia Solidária, as feiras do Circuito Rio Ecosol, foram e continuam sendo completamente autossustentadas pela auto-organização dos empreendimentos que delas participam, não tendo havido investimentos do governo em produção, e atualmente nem para a organização das feiras. O papel político do governo municipal neste âmbito, via SEDES, limitou-se, segundo Asti (2017) “a garantir licenças públicas necessárias para realização das feiras em espaços públicos”.⁹

UM PONTO CEGO: HIERARQUIAS RACIALIZADAS DE SABER-PODER

Geógrafos/as negros/as como Gilmore (2002), Pulido (2017) e Lipsitz (2011) deram importantes contribuições para nossa compreensão de processos de racialização espacial, os quais são articuladas por relações econômicas, políticas, epistêmicas e simbólicas de poder

⁷ Portal de Convênios do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SINCOV). Disponível em: <http://portal.convencios.gov.br/>. Acesso em: 15 fev.2018.

⁸ Portal de Convênios do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SINCOV). Disponível em: <http://portal.convencios.gov.br/>. Acesso em: 15 fev.2018.

⁹ Conforme entrevista concedida a mim, na SEDES, em 15 de abril de 2018.



que impõem custos materiais e imateriais equivalentes a um ‘imposto’ racial sobre pessoas não-brancas que vivem em periferias, favelas e outras áreas marginalizadas das cidades e seus entornos. As teorias do capitalismo racial, segundo Melamed (2015) e Pulido (2017) destacam como a diferença racial é produzida e como ideias e práticas de valorização e desvalorização material e subjetiva são operacionalizadas, como se tornam institucionalizadas.

Estudos críticos de raça têm apontado várias maneiras explícitas e sutis de como o racismo pode ser aproveitado pelos processos econômicos (PULIDO, 2017). O projeto Rio Ecosol, por exemplo, foi concebido como um mecanismo para se criar alternativas econômicas em alguns dos chamados "Territórios da Paz" ocupados por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), especificamente, no Complexo do Alemão, Mangueiras, Santa Marta e Cidade de Deus. Conforme IPP (2010), estes são territórios majoritariamente negros, e estão entre os bairros menos atendidos por serviços públicos de qualidade.

Quando investigamos de perto o acesso e controle sobre os recursos e informações dos Projetos Rio Ecosol I e II, transparece a forma como dentro de um sistema de supremacia branca, mesmo políticas públicas com cunho de esquerda, favorecem desproporcionalmente aos brancos cujas experiências sociais de acessibilidade são facilitadas e naturalizadas. Por exemplo, examinando-se a plataforma de transparência digital de recursos públicos – SINCOV (2018)¹⁰, descobre-se que 61%, cerca de quatro milhões novecentos e trinta mil reais (R\$ 4.930.324,81) do orçamento do projeto Rio Ecosol I gerenciada por uma única agência de consultoria privada sem fins lucrativos, o *Instituto Dialog*¹¹, uma das vencedoras de licitações governamentais para executar atividades do projeto; 19% desse valor, ou seja cerca de um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil reais (R\$ 1.575.626,64) foram destinadas para a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisa e Estudos Tecnológicos - COPPETEC¹², mantenedora do COPPE, uma entidade de pesquisa de cunho privado e sem

¹⁰ Portal de Convênios do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SINCOV). Disponível em: <http://portal.convenios.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

¹¹ Instituto Dialog. Disponível em: <http://institiodialog.org/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

¹² Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisa e Estudos Tecnológicos – COPPETEC. Disponível em: <http://www.coppetec.coppe.ufrj.br/site/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

fins lucrativos e executadas pelo Soltec, e 15% desse valor, cerca de um milhão cento e oitenta e seis mil reais (R\$ 1.186.513,64) foram destinadas ao Centro de Ação Comunitária-CEDAC, uma entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária. As duas primeiras organizações são dirigidas exclusivamente por pessoas brancas com ensino superior e que não vivem em favelas ou áreas periféricas. O CEDAC envolveu mais moradores dos territórios nas formações. Cabe ressaltar diferenças de acesso aos recursos entre as próprias entidades assessorias, sendo que dentre estas, as universitárias receberam maiores aportes. Houve ainda um convenio com Instituto Palmas para incubação do Banco Comunitário na Cidade de Deus.

Cabe destacar, portanto, que quase todo o orçamento dos Projetos Rio Ecosol I e I¹³ destinaram-se a programas de educação e capacitação em Economia Solidária executados por estas três organizações, ao passo que apenas 5% do orçamento do Rio Ecosol I foram investidos para a compra de equipamentos destinados a quarenta Empreendimentos Econômicos Solidários contemplados pelo projeto, de acordo com Portal de Convênios do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão- SINCOV (2018)¹⁴.

Nove entre dez integrantes politicamente ativos nos Fóruns Municipais e Estaduais da Economia Solidária, os quais entrevistei e questionei, se conheciam, quanto ao trabalho do *Instituto Dialog*, vencedor da licitação de valor equivalente a metade do orçamento do Projeto Rio Ecosol I, também não conheciam essa organização. Este é um problema muito sério politicamente falando, quando se trata dos chamados esquemas de governança participativa, como é o caso das políticas públicas da Ecosol.

Embora seja importante ressaltar que os programas de educação e capacitação em Economia Solidária são práticas pedagógicas indispensáveis para a subjetivação de agentes econômicos no processo de construção de modos de produção e vida pós-capitalista, vale a

¹³ Cabe destacar que embora o SINCOV seja um site de transparência digital, e todos os dados e documentos que acessei eram de acesso público, o site é complicado para os usuários navegarem, as descrições dos projetos, itens orçamentários e relatórios financeiros são listados de forma vaga, a linguagem técnica dificulta o rastreamento de como e por quem os itens do projeto foram executados. Teria sido muito mais difícil, ou mesmo totalmente inviável, para um trabalhador da Economia Solidária, com ensino médio ou baixa instrução formal, acessar, processar e analisar os dados no sistema SINCOV.

¹⁴ Portal de Convênios do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SINCOV). Disponível em: <http://portal.convênios.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. de 2018.



pena problematizar a alocação racialmente desproporcional de recursos para programas educacionais, que foram executados pelas poucas organizações geridas por brancos de classe média com ensino superioras quais mencionei acima. Nesta relação desigual de acesso a recursos, de prioridade no repasse da gestão de recursos públicos entrelaçam-se e reforçam-se hierarquias de saber-poder. Os/as trabalhadores/as das bases, dentro os quais se concentra grande maioria de mulheres negras que participam do Movimento, são colocados como beneficiários do processo de aprendizagem, e não como proponentes dessas políticas públicas que deveriam ser participativas. Além disso, apenas uma parcela irrisória dos recursos do programa foi destinada a investimentos que beneficiaram diretamente os empreendimentos econômicos solidários em um aspecto chave e de maior interesse para este segmento, ou seja, aquisição de equipamentos para produção e crédito solidário produtivo.

Em minhas entrevistas junto a trinta e três trabalhadores de EESs e conversas informais nos espaços das feiras e dos Fóruns, houve consenso em torno da crítica de que os programas de formação/educacional, por si só, eram insuficientes para fazer mudanças reais em suas condições de trabalho. Lélia¹⁵, uma empreendedora da Ecosol da Cidade de Deus, comenta em uma entrevista:

Eu não posso tecer uma blusa com livros. Eles vêm na Cidade de Deus das universidades para nossos territórios, querendo nos ensinar com suas planilhas como trabalhar em solidariedade, e insinuar que existe uma maneira técnica de melhorar a qualidade de nossos produtos, e de nossas estratégias de venda sem dinheiro, sem investimentos. Eles foram pagos pra vim nos ‘ensinar’ isso. Em vez disso, eu deveria ser paga para ensiná-lo que, na favela, somos especialistas em solidariedade, porque disso depende nossa sobrevivência diária. Eu deveria ser paga para ensiná-los a calcular o fato de que o preço de uma máquina de tecelagem que cinco de nós poderíamos compartilhar para aumentar nossa produção, custa um terço do que eles recebem mensalmente para vir me educa (sic) sobre a chamada Economia Solidária (Entrevista concedida em 23 de março de 2017).

Paul Singer (2014), ex-secretário da SENAES, argumenta que educar sobre os princípios da Economia Solidária deve ser prioridade, porque introduzir as agendas da Economia Solidária dentro do Ministério do Trabalho era muito desafiador, pois mesmo os aliados potenciais mais progressistas até dentro do Partido dos Trabalhadores abordam

¹⁵ Lélia é um pseudônimo para preservar a identidade da entrevistada, conforme solicitado.



economia e relações de trabalho em termos de noções capitalistas de divisão entre empregadores e empregados. Segundo ele, a maioria das pessoas, dentro mesmo da esquerda, reluta muito em compreender e reconhecer as formas autônomas e não-capitalistas das cooperativas e associações de trabalhadores.

Além disso, segundo Gaiger (2005), o cooperativismo foi percebido com desconfiança pelos defensores dos direitos dos trabalhadores, porque no Brasil, o neoliberalismo em certa medida colonizou o conceito de cooperativismo. As atuais leis trabalhistas do cooperativismo permitem negociações mais flexíveis entre empregadores e empregados, o que, na prática, resultou em muitos casos em que corporações privadas como seguradoras, cooperativas de créditos e várias outras na indústria de serviços se registrassem como “cooperativas de trabalhadores”, a fim de reduzir as obrigações do empregador em relação aos direitos dos trabalhadores, obrigando, assim, os assalariados (oficialmente associados) a aceitar condições de trabalho precárias e contratos de trabalho injustos.

A pedagogia e a educação em torno dos princípios da Economia Solidária são tão relevantes quanto outras frentes prioritárias de atuação do Movimento, tais como regularização do marco legal, políticas públicas, finanças e crédito solidários, comercialização, criação de redes locais, regionais e internacionais dentre outras. De fato, tanto nos fóruns quanto nas entrevistas, a maioria dos trabalhadores dos EES afirma que educar para o fazer econômico solidário é estratégia crucial e deve ser uma prioridade do Movimento.

No entanto, a compreensão das origens históricas da institucionalização do Movimento revela que, por trás da escolha estratégica de priorizar os programas de educação, estão subjacentes desigualdades de classe, raça, educação e geografia. A distribuição desproporcional de recursos disponibilizados de modo racialmente e geograficamente desiguais entre diferentes segmentos de praticantes lança luz sobre o diferencial de poder-saber racializado que se reproduz dentro do movimento. Tais desigualdades precisam ser examinadas, abordadas e endereçadas na práxis de re-subjetivação pós-capitalista de todos os participantes do Movimento, se o projeto de sociedade da Economia Solidária busca de fato um horizonte descolonial.

Vulnerabilidades cumulativas reproduzidas por séculos de racismo estrutural deixam os afrodescendentes enfrentando obstáculos econômicos múltiplos e sobrepostos. Apesar da obviedade de tal fato, os espaços políticos do Movimento, assim como seus materiais pedagógicos e documentos oficiais, mencionam o racismo e raça somente de passagem. Isto fica evidente quando observamos que raça/etnia foi omitida como uma variável do levantamento nacional de mapeamento de iniciativas de Economia Solidária (SENAES, 2010, 2013). O racismo estrutural raramente foi um tópico específico a ser debatido, estudado ou abordado nos seminários e cursos da Ecosol que frequentei. Embora em 2012 o relatório final do V Fórum Nacional tenha mencionado brevemente a questão racial, poucas ações concretas foram tomadas para debater e abordar o racismo e o antirracismo. O relatório afirma que:

[...] o movimento reconhece as diferenças como riqueza. É consciente das formas como a diferença tem sido historicamente mobilizada como um elemento para criar relações de poder desiguais. Ainda estamos nos aprofundando nossos debates sobre diversidade e mecanismos para promover o respeito e a visibilidade e fortalecer as potencialidades que a diversidade traz [...] queremos avançar uma política de ação afirmativa dentro dos espaços de representação política do movimento, especialmente no Fórum Nacional e nos fóruns estaduais. Para isso, precisamos construir grupos de trabalho autogeridos de mulheres, negros e indígenas para discutir esses tópicos, para propor ações políticas direcionadas a essa população. Esses debates devem ter espaço nos Fóruns para garantir que as ações coletivas nessa direção estejam alinhadas aos princípios compartilhados” (FBES, 2015, p. 30).

Aludir às desigualdades raciais e ação afirmativa representa um avanço. No entanto, há outro aspecto de boas intenções políticas que precisa ser examinado. O capitalismo racial entra em vigor racializando povos, lugares e seus imaginários espaciais. As mulheres negras das favelas e de áreas periféricas estão posicionadas mais longe dos centros de tomada de decisão, tanto geograficamente como politicamente. Para elas, a participação nos espaços políticos fundamentais do Movimento, localizados no centro da cidade (Fórum Estadual e Fórum Municipal), envolve maiores custos de oportunidade que para os outros dois segmentos: gestores e agentes de fomento e apoio.

Os gestores integrantes do Movimento têm salários assegurados para participar dessas reuniões políticas, e os agentes das Entidades de Apoio e Fomento tiveram acesso a financiamentos via editais, por exemplo, para ajuda de custo (passagens/alimentação) e/ou



remunerar seus representantes, facilitando sua participação nos espaços políticos e de formação do Movimento.

Para os trabalhadores da base, dos Empreendimentos Econômicos Solidários participarem nas plenárias dos fóruns, no entanto, precisam deixar de comercializar ou produzir para estarem presentes, e acabam absorvendo o impacto dessa participação política em suas rendas, pois deixam de ganhar por aquele dia de trabalho que deixaram de comercializar para estar nas plenárias de Fóruns e outras reuniões no centro da cidade. Além disso, estes trabalhadores enfrentam normalmente mais barreiras à mobilidade urbana por morarem em zonas em que transporte público é mais precário.

A diferença socioeconômica entre os segmentos do Movimento implica que os empreendedores cobrem seus custos de participação, tendo que realocar seus recursos de uma renda que já é mais baixa e instável quando comparada com os outros dois segmentos. Além disso, nas redes de empreendimentos (EES), onde a organização coletiva ainda não é consolidada o suficiente para arrecadar fundos dos próprios empreendedores para custear a participação de membros das redes em atividades políticas, aqueles que podem custear individualmente seus custos para comparecer a essas reuniões políticas no centro do Rio tendem a se tornar, ou permanecer enquanto líderes de redes. Esse é outro fator para o surgimento de conflitos de poder micropolíticos dentro das próprias redes. Isso facilita um maior acesso a mais informações e vantagens dentro das próprias redes, das quais alguns/algumas representantes/coordenadores(as) se valem para perpetuar seus lugares relativos de liderança, comprometendo assim a alternância dos papéis de autogestões democráticas e horizontais esperados na Carta de Princípios.

IMAGINÁRIOS ESPACIAIS PÓS-CAPITALISTAS

Conforme discutido em sessões anteriores, o Circuito Carioca de Feiras Rio Ecosol é o principal espaço de atividade econômica do Movimento no Rio de Janeiro. Para se beneficiarem da possibilidade de vender nas feiras, o Fórum Municipal de Economia Solidária determina que o empreendedor(a) se associe a uma das redes de artesãos que compõem o Fórum. As redes de artesãos se reúnem mensalmente para discutir questões



organizacionais relacionadas às questões logísticas das feiras, bem como questões políticas que surgem nas plenárias do Fórum. Essa exigência é uma maneira de reforçar uma afirmação sobre a natureza política da Economia Solidária, incentivando assim que os trabalhadores que desejam se beneficiar das políticas públicas de Economia Solidária se comprometam a participar de uma prática coletiva de auto-organização.

Na maioria dos casos, por necessidade e urgência em conseguir uma fonte alternativa de emprego e renda, ou para complementar renda, as feiras acabam sendo o motivo pelo qual muitos trabalhadores se aproximam do Movimento. É dentro dos grupos de artesãos e redes que muitos participam de conversas políticas como sujeitos políticos organizados coletivamente pela primeira vez. Esta participação política se efetua como uma possibilidade de re-subjetificação/práxis pedagógica pós-capitalista conforme sugerem as geógrafas feministas Gibson-Graham (2006, 2011).

Há, contudo, uma divisão entre a maioria dos trabalhadores(as) dos EES, e os participantes dos outros dois segmentos (formuladores de políticas e incubadoras) quando se trata da questão do engajamento político dentro da estrutura organizativa que está posta. Considero que tal divisão pode ser, pelo menos em parte, re-dimensionada se percebermos as feiras não só como espaços de comercialização, mas também espaço político e educativo. Conforme Lopes nos coloca,

as potencialidades de muitas práticas espaciais insurgentes podem ser pelo menos parcialmente prejudicadas por problemas organizacionais e contradições políticas internas, que os ativistas não podem facilmente perceber e reconhecer. Os problemas que os movimentos contemporâneos enfrentam vão muito além das dificuldades logísticas e materiais, embora estas possam ser muito decisivas. Identificar e discutir problemas e contradições são passos vitais que complementam a discussão e análise das próprias práticas espaciais insurgentes (LOPES, 2016, p. 443).

Desde o meu lugar privilegiado de poder circular em espaços principais do movimento como pesquisadora, de dialogar com integrantes de todos os segmentos do Movimento, e de todas diferentes as áreas da cidade, pude perceber um conflito entre aqueles que consideram as feiras como espaços meramente de comercialização, e os que não se identificam com os espaços políticos de Fóruns, ou não lhes percebem como acessíveis tanto geograficamente quanto epistemologicamente. A partir desta constatação, durante minha investigação, tanto

em entrevistas, quanto em conversas informais e em plenárias dos Fóruns Municipal e Estadual, discuti com trabalhadores dos EES, que comercializam nas feiras, e gestores, algumas possibilidades de intervenção espacial que potencialmente fortalecem as feiras como espaço político do Movimento. Estas sugestões foram recebidas e discutidas com entusiasmos por alguns, e outros colocaram desafios para serem considerados e melhor estudados.

Uma intervenção espacial a ser considerada, por exemplo, seria estruturar-se um espaço de diálogos/reflexões para encontros e discussões políticas e educacionais durante as próprias feiras. Estas acontecem mensalmente, variam de um a três dias consecutivos, e duram o dia todo¹⁶.

Cria-se assim um espaço político no próprio lugar onde os artesãos trabalham, em que seu afeto está presente e mobilizado através de prática concreta e engajada do seu cotidiano de trabalho¹⁷. O fazer político no lugar, em que estão presentes relações de convivialidade, proximidade, afeto, controle comunitário auto-gestionado, pode favorecer a resubjetivação, não só como agentes econômicos, mas também políticos dos trabalhadores da base da Economia Solidária.

Esta proposta de intervenção espacial para favorecer o engajamento político dos empreendedores e empreendedoras não implica necessariamente em custos adicionais, servindo assim como mais uma oportunidade pedagógica para experimentar a organização política sustentável autogerida. Para que seja transformadora e eficaz, entretanto, requer-se uma mudança de lente para que se veja a importância das dimensões espaço-tempo da organização política. Ora, se a colonização do tempo do trabalhador e a consequente

¹⁶ Nas feiras, cada barraca é geralmente compartilhada por dois artesãos. Assim, cada dois artesãos poderiam se revezar deixando seu produto para ser olhado e vendido por seus pares, enquanto a outra/outro artesão da mesma barraca participa da roda de reflexão e debates, a ser organizado em espaço adequado adjacente ao local de comercialização. Durante esse tempo, diferentes tipos de atividades podem ocorrer, como discussão de agendas políticas passadas de sessões anteriores do fórum municipal e estadual, atividades pedagógicas em torno dos princípios da ES, intercâmbios de melhores práticas de produção e comercialização, oficinas de trocas de habilidades entre os artesãos, círculos de resolução de conflitos, dentre outras atividades. Ademais, convidados poderiam ser trazidos para dar oficinas sobre vários temas, ou para articular/alinhar discussões com outros movimentos sociais.

¹⁷ Este tipo de experimento já foi inclusive testado com sucesso por algumas organizadoras de feiras, como em Niterói e em Pedra de Guaratiba.



alienação política são problemas centrais do capitalismo, é imperativo repensar espaço de trabalho e criar dentro dele ocasião para o convívio criativo, a aprendizagem e a organização política associados ao trabalho emancipador, porque essa também é uma forma de praticar noções pós-capitalistas de tempo e espaço de trabalho. Tais espaços de encontro podem criar a oportunidade de reunir reflexões e resoluções coletivas pedagógicas, políticas e financeiras de maneiras mais conviviais, engajadas e educativas. Poderia ser uma oportunidade especialmente valiosa para os empreendedores, cuja participação política nas plenárias dos Fóruns Municipal e Estadual é dificultada não só pelas barreiras sócio econômicas e de mobilidade urbana racialmente diferenciadas que discutimos acima, mas também por que, muitos se sentem marginalizados pelas formas organizativas dos espaços de fóruns. Em entrevistas, muitos alegam que nas plenárias, apesar da aparência horizontal, há dinâmicas de silenciamento, concentração de representatividade, voz e poder, sobretudo por parte de lideranças brancas.

No que tange às desigualdades espaciais, outra intervenção geográfica poderia ocorrer no nível das redes. Estas poderiam organizar-se rotativamente para receber uma plenária dos Fóruns Municipal e Estadual em seus respectivos bairros, ao invés de os Fóruns acontecerem habitualmente no centro da cidade. Certamente, esta proposta não está isenta de desafios, incluindo encontrar espaço adequado para receber um grande número de pessoas. No entanto, avalio que poderia haver benefícios consideráveis em termos de mobilização do poder do afeto territorial e da práxis da auto-organização nos territórios. Os participantes teriam a oportunidade de visitar os bairros uns dos outros e todas as redes teriam a chance de hospedar plenárias do fórum.

Normalmente, apenas alguns representantes das redes participam das reuniões mensais das plenárias dos fóruns municipais e estadual, geralmente apenas uma ou duas coordenadoras de cada rede. Assim, muitas vezes aqueles que não são coordenadores acabam apenas participando de reuniões de suas respectivas redes, e deixam de frequentar as plenárias do Fórum. Os trabalhadores que não vão para as plenárias têm conexões mais frouxas com outros participantes do Movimento, e provavelmente estarão muito menos envolvidos com as agendas políticas e mobilizações do Movimento, enfraquecendo assim o potencial político de uma mobilização da base.

Neste sentido, acompanhei um caso interessante de uma plenária do Fórum Estadual em Nova Iguaçu, em que quase todos os membros das redes anfitriãs e alguns de seus parceiros locais participaram da plenária do Fórum, quando esta experimentalmente aconteceu nesta localidade ao invés de acontecer no centro do Rio de Janeiro, como de costume. A rotatividade espacial serviu como uma oportunidade de aprendizagem para o trabalho em grupo da rede hospedeira, incluindo o aproveitamento dos recursos locais para organizar as reuniões, como organizar espaço adequado, comida, convidados, publicidade, articulação com poderes e apoiadores locais. Todos os membros que não frequentavam o Fórum Estadual no centro do Rio pareciam muito mais conectados e ativos com a plenária do Fórum Estadual que aconteceu em sua localidade, porque lá eles não eram apenas participantes, mas sim anfitriões.

Plenárias de Fóruns geograficamente rotativas podem potencialmente favorecer sentido de pertencimento e reciprocidade. Quando os participantes se esforçam para hospedar e visitar outras localidades, eles se familiarizam com realidades locais, desafios e oportunidades distintas vividas por seus pares, o que oferece a possibilidade de um maior senso de conexão, convivialidade, co-responsabilidade para além daquelas dos seus próprios lugares de atuação.

Em suma, o acesso racialmente e territorialmente desigual à mobilidade urbana intercepta a forma como raça configura a organização espacial desigual da cidade. Essa dupla desigualdade foi subestimada e pouco estudada pelo Movimento da Economia Solidária com sérias implicações para a organicidade política, incluindo impactos negativos em seu poder de articular agendas inclusivas, além de engendrar reprodução de hierarquias de saber-poder raciais e espaciais. Intervenções geográficas criativas, auto-organizadas, simples, de baixo custo, viáveis e coletivas são, não só possíveis como também urgentes.

CONCLUSÃO

Neste artigo, argumentei que sob a estrutura originalmente escravocrata da sociedade de *plantation*, cuja acumulação primitiva de capital fora extraída por meio de apropriação violenta de terras indígenas e extração violenta de trabalho africano e afro-brasileiro,

desenvolveram-se as bases materiais e subjetivas para a formação do capitalismo racial vigente na sociedade brasileira contemporânea. Dentro desse capitalismo racial a posicionalidade de atores econômicos negros e negras lhes confere lugares próprios, experiências, trajetórias, visões, realizações, *insights* econômicos e geográficos distintos, apesar de seu agenciamento, saberes e organização econômicos, serem invisibilizados.

Expandindo a teorização sobre normatividades e diversidade trazidas pelas geógrafas feministas Gibson-Graham e dialogando com literatura no campo de Geografias negras, busquei nesta discussão, estabelecer correlações entre as normatividades estabelecidas pelo racismo e debates sobre diversidade racial-cultural para o campo da economia. O entendimento de como o capitalismo racial, subalterniza, expropria, e invisibilizar os conhecimentos e práticas econômicas e geográficas de trabalhadoras e trabalhadores negros faz-se crucial ao movimento de economia solidária, para que intervenções político-pedagógicas e matérias sejam feitas de modo a evitar a reprodução de desigualdades raciais e socioespaciais dentro dos próprios espaços do Movimento e para além dele.

Concluo as discussões compartilhando algumas sugestões de intervenções espaciais de baixo custo, as quais acredito que poderiam promover uma organização política mais inclusiva e autônoma no nível de base. Os desafios atuais que o Movimento de Economia Solidária enfrenta para se organizar e avançar suas agendas, expõe hierarquias de saber-poder que entrelaçam as desigualdades raciais e geográficas que devem ser abordadas, repensadas e reorientadas.

Por fim, reforço a necessidade de jogarmos luz a este ponto cego que são as relações étnico-raciais na teoria e prática de Economia Solidária, assim como sobre subjetividades e materialidades espaciais negras, se o Movimento de Economia Solidária pretende fazer frente a forças motrizes do capitalismo racial desde uma práxis descolonial.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, S. *Planned economic contraction: the emerging case for degrowth*. Environmental Politics v.21, n.3, p. 349-368, 2014.

ACOSTA, A e E. Martínez (Org.). *El Buen Vivir. Una vía para el desarrollo*. AbyaYala, Quito, 2009.



- ACOSTA, A e Gudynas E. *El Buen Vivir o la disolucion dela ida de progreso*. P.103-113, 2001.
- ALVES, et al. *A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros*. Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 2, Artigo 1, pp 244-257. Rio de Janeiro, Abr./Jun, 2016.
- ARRUDA, M. *A non-patriarchal economy is possible: Looking at solidarity economy from different cultural facets-Asia, Latin America, North America, Europe*. Rio de Janeiro. Workgroup: “Visions of a Responsible, Plural, Solidarity-based Economy”, 2009.
- CAMPOS, A. *Do quilombo à favela: A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2005.
- CARONE, I.; BENTO, M. A. (Org). Branquitude: O Lado Oculto do Discurso Negro. In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 147-162, 2002.
- CARNEIRO, S. *Mulheres em movimento. Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-133, Dec. on 13 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S010340142003000300008>, 2003.
- CURIEL, O. *La Nacion Heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lesbica y en La Frontera, 2013.
- CRUZ, W; OLIVEIRA, D. *Geografia e o Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: The making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- ESCOBAR, A. *Socially Sustainable Degrowth as a Social-Ecological Transformation*. Sustainability Science; July, Volume 10, Issue 3, pp 451-462, 2015.
- ESTEVA, G. *The future of development: A radical manifesto*. In BABCICKY P. BABONES S. J. and (Eds), 2013.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volume 1, São Paulo, Cia. editora nacional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). *Carta de Princípios da Economia Solidária. III Plenária Nacional da Economia Solidária*, 2003. Disponível em: http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60. Acesso em: 14 jul. 2014.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável*. Relatório Final da V Plenária, 09 a 13 de dezembro de 2012 em Luziânia, Goiás. Disponível em: <http://fb.es.org.br/acervo/>. Acesso em 15 nov. 2017.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto

Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GADOTTI, M. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Ed, L, 2009.

GAIGER, L. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Editora da UFRGS, Brasil, 2004.

GIBSON-GRAHAM, J.K. *The end of capitalism (as we knew it): a feminist critique of political economy*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

GIBSON-GRAHAM, J.K. *A postcapitalist politics*. Minneapolis: University of Minnesota, 2006.

GILMORE, R. W. *Fatal couplings of power and difference: Notes on racism and geography*. *The Professional Geographer*. 54(1), 15-24. doi:10.1111/0033-0124.00310, 2004.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, n. 2, p. 223-244, 1984.

GUDYNAS, E. *Buen vivir: Today's tomorrow*. *Development*, 54(4), 441-447. doi:<http://dx.doi.org.libproxy.lib.unc.edu/10.1057/dev.2011.86>, 2011.

LATOUCHE, S. 2010. Degrowth. *Journal of Cleaner Production*, 18: 519-522.

LIANZA, S., & HENRIQUES, F. (Eds.). *A economia solidária na América Latina: Realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

LIPSITZ, George. *How racism takes place*. Philadelphia: Tempo University Press, 2011.

MANCE, E. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

McKITTRICK, K., & WOODS, C. A. *Black geographies and the politics of place*. Toronto, Ont.; Cambridge, Mass.: Between the Lines; South End Press, 2007. Retrieved from <http://www.loc.gov/catdir/toc/ecip0712/2007008893.html>.

MELAMED, Jodi. *Racial Capitalism*. *Critical Ethnic Studies*. V.1, n.1, p-76-85, 2015. doi:10.5749/jcritethnstud.1.1.0076.

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. Ed. Anita Garibaldi, 1994.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *O que é Economia Solidária*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecoso-lidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

MOTEN, F; HARNEY. *The Undercommons: fugitive planning and black study*. New York: Minor Compositions, 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.



NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. V. 21, n. 46, 2013.

NEMBHARD, J. G. *Collective Courage: A History of African American Cooperative Economic Thought and Practice*. The Pennsylvania State University Press, 2014.

PULIDO, L. Geographies of race and ethnicity II: Environmental racism, racial capitalism and state-sanctioned violence. *Progress in Human Geography*, 41(4), 524-533, 2017. Doi:10.1177/0309132516646495.

QUIJANO, A. *Paradoxes of modernity in Latin América*. *International Journal of Politics*. Culture, and Society, v.3, n.2, p.147-177, 1989.

ROBINSON, C. *Black marxism: the making of black radical tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

SANTOS, R. (Orgs). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais – o negro na geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2007.

SANTOS, B. *The rise of the global left: world social forum and beyond*. London: Zed Book, 2006.
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Atlas da economia solidária no Brasil, 2005-2007*. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em jan. 2012.

SILVA, S. P. *Laços na diversidade: Análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018b.

SINGER, P. *Introdução a economia solidária*. Disponível em: <http://www.incoop.ufscar.br/textos/paul-singer-2002-fundamentos>. Acesso em: fev. 2015.

_____. *Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)*. Mercado de Trabalho, v.56, fev. de 2014.

THE SOLIDARITY ECONOMY ALTERNATIVE: Emerging theory and practice. In SATGAR V., (Eds.), Scottsville, South Africa: Uni of KwaZulu-Natal Press, 2014.

LOPES, M. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VAZ, P. P. F. *Solidarity economy as a pedagogical praxis of autonomy*. (M.A., The University of North Carolina at Chapel Hill), 2012. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/1239645032?accountid=14244>. Acesso em: fev. 2015.

ZIAI, Aram. *Post-development 25 years after The Development Dictionary*. Third World Quarterly, 38:12, 2547-2558, DOI: 10.1080/01436597.2017.1383853, 2017.

Recebido 20/02/2020
Aceito em 30/03/2020